



Manchete
ESPECIAL

1932-1982

**A REVOLUÇÃO PAULISTA
50 ANOS DEPOIS**

**POR QUE O BRASIL
SE DIVIDIU**

A Revolução Constitucionalista de 1932, conhecida como Revolução Paulista, está completando cinquenta anos. Ainda hoje as opiniões estão divididas. Pelo menos um historiador a considera *oportunista* “como qualquer outro movimento revolucionário”. Outros a exaltam como paradigma dos sentimentos libertários de uma nação. MANCHETE faz um balanço desse movimento, ouvindo estudiosos que analisam o que restou do *espírito de 32*.

Texto de Glauco Carneiro
Fotos do Arquivo MANCHETE

A Revolução de 32 obteve na paz o que não alcançou pelas armas: o retorno do país à soberania da lei, que Getúlio procurava retardar

A Revolução Constitucionalista de São Paulo, deflagrada a 9 de julho de 1932 e sustentada em inferioridade de forças durante três meses, alcançou na paz o que não obteve pelas armas: o retorno do país ao império da lei, a que Getúlio Vargas, pressionado pelos tenentes, fazia por retardar.

Esse movimento, desencadeado pelos paulistas, como parte de uma conspiração geral que só eles honraram até o fim — tanto que seus comandantes eram gaúchos (Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger) e cariocas (Euclides de Oliveira Figueiredo) —, foi talvez a mais bela das revoluções republicanas brasileiras, pelo que representou de mobilização popular, dedicação à causa comum, tenacidade e resistência. Não tendo praticamente ninguém a auxiliá-los — já que as prometidas adesões e aberturas de outras frentes falharam ou não tiveram maior importância —, os paulistas souberam juntar à sua tradição de luta pelo liberalismo a reivindicação nacional pela volta ao regime legal, e por isso, embora esmagados, mostraram ao país o acerto de sua oposição a um sistema que mergulharia o Brasil em praticamente quinze anos de ditadura.

A Revolução de 1930, como é sabido, não passou de um amontoado de tendências divergentes, fruto da junção das oposições políticas com os revolucionários que vinham de 1922, numa simbiose ilógica que resultou numa plataforma fragmentária, sem postulados ideológicos definidos.

O presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, preterido na sucessão pela escolha de Washington Luís — que rompera o pacto do *café com leite* ao escolher Júlio Prestes, quando a vez era das Alterosas —, incitou os gaúchos maragatos e republicanos a se unirem em frente única e apresentarem a candidatura de Getúlio Vargas. Este, produto de uma das mais tradicionais oligarquias brasileiras, não poderia utilizar qualquer plataforma que diferisse dos princípios acionados pelo governo federal, razão pela qual partilhou a doutrina dos Libertadores de Assis Brasil — estes, sim, detentores de idéias novas como o voto secreto, o voto feminino etc., que acabaram fornecendo a base ideológica possível de encontrar na Aliança Liberal.

Uma vez a revolução vitoriosa, Getúlio Vargas tomou a si a tarefa de organizar o movimento de 1930, equilibrando-se entre as forças que o haviam elevado ao poder e as pressões tenentistas. O retorno ao regime legal era postergado pelos tenentes, que não desejavam ter de volta as regras expurgadas pela revolução de 3 de outubro. Batiam-se pelo prolongamento do estado revolucionário e acabaram por mergulhar no outubrismo, movimento que engolfou e acirrou o tenentismo, a ponto de cercar Vargas, que, aliás, não precisava de muita pressão para cultivar inclinações contínuas, confessadas ou não. Em março de 1932, discursando perante a Legião de Outubro, o chefe do Governo Provisório insistiu na necessidade

“de proceder à capina do terreno, das ervas daninhas que o esterilizavam, antes da reconstitucionalização”.

A isso se acrescentava uma situação de fato que acirrava os ânimos em São Paulo. Ao contrário de Minas, onde conservara no poder Olegário Dias Maciel, Getúlio arreudara do poder os liberais paulistas que haviam assumido a 24 de outubro e indicara o Tenente João Alberto Lins de Barros, primeiro como seu delegado e depois como interventor. A 24 de março de 1931 os democráticos romperam com o governo e a 28 de abril Miguel Costa sufocava um movimento para depor João Alberto. Divergindo, mais tarde, João Alberto e Miguel Costa, foi nomeado para suceder o interventor o paulista Laudo Ferreira de Camargo, que bem cedo largaria o governo, por intimação da reagrupada Legião Revolucionária, cedendo a vez ao Cel. Manuel Rabelo.

Um outro problema veio agravar as relações entre o Governo Provisório e São Paulo. Oswaldo Aranha substituiu José Maria Whitaker no Ministério da Fazenda, enquanto Joaquim Maurício Cardoso ocupava o da Justiça. Foi a fase das chamadas Frentes Únicas, paulista e gaúcha. A pretendida aliança de Vargas com o Rio Grande caiu por terra com o empastelamento (feito pelos tenentes) do *Diário Carioca*, demitindo-se em consequência os ministros gaúchos, o chefe de polícia Batista Luzardo e outros altos funcionários. Tal fato jogou a política dos pampas ao encontro do ressentimento paulista.

Para minimizar a crise, Getúlio designou para interventor, “um paulista e civil”, Pedro de Toledo. Mas, na segunda quinzena de maio de 1932, o panorama voltou a esquentar-se porque os paulistas imaginaram que a ditadura queria impor a Toledo secretários impopulares. Fundiram-se aí os dois partidos que até então se hostilizavam (perpismo e democráticos).

Nos dias 22 e 23 de maio, São Paulo viveu momentos de grande agitação. Na noite de 23, populares que haviam saqueado uma casa de armas atacaram os jornais “ditatoriais” e investiram contra a sede da Legião Revolucionária. No tiroteio ali travado, em que os sitiados reagiram a tiros de metralhadora e granadas de mão, feriram-se diversas pessoas e morreram quatro estudantes: Euclides Bueno Miragaia, Mário Martins de Almeida, Dráusio Marcondes de Souza e Antônio de Camargo Andrade. As primeiras letras dos *nomes de guerra*, Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo, passaram a constituir a sigla MMDC, que forneceu a legenda para a revolta vindoura. Muitos consideram que a Revolução Constitucionalista começou aí, nessa noite de maio, em que também se ouviu a voz candente de Ibrahim Nobre, exaltando o brio tradicional da gente das Bandeiras.

Getúlio Vargas, a 3 de maio, marcou a data das eleições da constituinte para o ano seguinte, 1933. Mas tal promessa não conseguiu serenar os inflamados ânimos paulistas. A 9 de julho, depois de intensas articulações

e entendimentos com gaúchos, cariocas e mineiros, rebentou a Revolução Constitucionalista, que pôs São Paulo em pé de guerra. Milhares de voluntários se apresentaram para seguir para frente, provindos de todas as camadas sociais. A Força Pública e quase todas as guarnições militares aderiram imediatamente, o que também aconteceu com Pedro de Toledo, que disse a Getúlio “não poder caminhar a revel” do seu estado.

RECEBIDA no Palácio do Catete apenas “como uma represália”, a Revolução Constitucionalista foi enfrentada a ferro e fogo pelo Governo Provisório. Deflagrada antes do tempo, sem munição adequada, não teve um comando adequado no plano militar, porque o General Bertoldo Klinger apressou-se e não pôde garantir a sublevação da guarnição de Mato Grosso, que deveria fornecer uma tropa de 5 mil homens e copiosa munição. O Cel. Euclides de Oliveira Figueiredo (pai do atual presidente da República), a respeito do fato, escreveria: “Era assim o chefe que íamos ter à frente de nossa grande revolução. Antes de entrar na luta, já se considerava vencido. Despedia-se da tropa, sob seu comando, como a dizer que nada mais teria com ela daí por diante...” Mas Klinger, em resposta, disse que “Isidoro e Euclides é que haviam ficado inermes no momento da decisão de precipitar-se o levante”.

Provocada ou não, a demissão de Klinger abriu as hostilidades. Euclides de Figueiredo assumiu o comando das unidades militares sediadas em São Paulo. Todos os meios revolucionários contavam que a revolução se desenvolveria numa sólida frente que agruparia São Paulo, Rio Grande, Mato Grosso, Minas Gerais e Distrito Federal. Todavia, faltou-lhes o apoio. No Rio, João Alberto, na chefia de polícia, impediu qualquer movimentação, e, em Porto Alegre, Flores da Cunha, imprevisivelmente, se colocou ao lado de Getúlio. Em Minas, o ex-Presidente Artur Bernardes não conseguiu a adesão da milícia. Aos paulistas só restava uma possibilidade: atirar-se contra o Rio pelos trilhos da ferrovia Central do Brasil. Mas isso não foi possível. E a revolução desde a primeira semana “condenou-se à defensiva, ao desgaste e à desilusão” (Pedro Calmon).

Segundo Glauco Carneiro, autor da *História das Revoluções Brasileiras*, “esse foi o erro crasso da revolta”. A guarnição carioca dava indícios de aderir — o assalto na frente norte teria sido decisivo para a vitória. A guerra de posição, de trincheira, aliada à carência de soldados treinados e de armas e munições, deu tempo ao governo central para providenciar a repressão, deslocando para o vale do Paraíba forças poderosas que ali fixaram os revolucionários. Disputada palmo a palmo, a luta não ensejava vitórias decisivas. A campanha seria resolvida na fronteira de Minas (altura da Mantiqueira) e nos limites com o Paraná.



Ao empunhar a bandeira da causa constitucionalista, os revoltados de 32 mobilizaram todo o Estado de São Paulo numa luta em que se viu sozinho contra o resto da nação, acusado de separatista pela propaganda do Estado Novo. Mas seus ideais de liberdade sobrevivem até hoje.

Os revoltosos não se deixaram iludir por vãs promessas de normalização das instituições. A ordem era lutar até o fim

DE todos os pontos do país, tropas foram mandadas contra São Paulo, motivadas por interventores (tenentistas) que galvanizavam seus estados com pretextos de que "os italianos residentes na terra bandeirante pretendiam fundar ali uma colônia fascista, às ordens de Mussolini, separando-se do Brasil". O repórter e autor ouviu de um participante da tropa sergipana, Manoel Ananias dos Santos, mais tarde coronel da Força Pública do seu estado, de que a tropa "tinha a absoluta convicção de que iria enfrentar estrangeiros que haviam assumido o controle de São Paulo, querendo desligá-lo da Federação, sendo a causa getulista uma cruzada pela reintegração da terra paulista ao Brasil".

São Paulo fez prodígios para sustentar a luta e fazê-la prolongar. Técnica e eficiência juntaram-se ao ardor e à tenacidade e o resultado foi uma conjugação de esforços, nos lares e nas fábricas, admirável sob quaisquer pontos de vista. Organizações civis como MMDC, SATO (Serviço de Abastecimento das Tropas em Operações), Casa do Soldado, Liga das Senhoras Paulistas encarregaram-se de providenciar o fardamento, a assistência médica, a alimentação, o alistamento de voluntários. Damas da alta sociedade e mães operárias uniram-se para confeccionar fardamentos e bandeiras, integrar grupos de enfermagem, preparar material para curativos e socorros de urgência, servir de garçonetes para alimentar os estropiados soldados que voltavam do front. Em apenas vinte dias, mais de 60 mil fardas foram prontadas e até o final da luta esse total atingiu 450 mil. Só na seção de costura, 72 mil mulheres trabalharam como voluntárias. Sucessivas turmas de moças aprendiam rudimentos de enfermagem e partiam para as frentes de combate — eram as esposas e noivas as primeiras a estimular seus homens a partir contra a ditadura, chegando algumas a oferecer saídas aos que demonstravam medo...

Outras milhares de pessoas, de todas as classes sociais, doavam jóias, prataria, alianças e objetos de metal, para o financiamento da revolução e confecção de munições. A classe industrial, sob a liderança de Roberto Simonsen, revelou tremenda flexibilidade e capacidade de improvisação para transformar em bélica uma infra-estrutura até então voltada para a paz. Em pouco tempo estavam mobilizados 740 engenheiros e 340 técnicos de nível médio. Químicos, profissionais liberais, associações, escolas ofereceram-se para ajudar, fosse de que maneira fosse, "a revolução que era deles".

Improvisaram-se armas e munições; fabricaram-se balas de fuzil, morteiros leves e pesados, bombas, granadas de mão, lança-chamas, máscaras contra gases. Trens e automóveis foram encouraçados, enquanto canhões pesados eram montados nas linhas férreas; ativavam-se oficinas para a recu-



Apesar de carentes de apoio, os revolucionários lutaram aguerridamente, desenvolvendo novas armas a partir de pouco material. Abaixo, a despedida das mulheres, ao partir para o front.



peração do armamento e minava-se o porto de Santos. De todas as armas fabricadas pela revolução, a mais eficiente foi o morteiro Major Marcelino, construído pelo oficial da Força Pública de mesmo nome e pelo Eng.º Jorge de Rezende. Foi numa primeira experimentação dessa bombarda que morreram, atingidos por estilhaços, o próprio inventor e o Cel. Júlio Marcondes Salgado, comandante da polícia estadual. Quando o morteiro tornou-se operacional, foi ele construído a partir de eixos de locomotivas e vagões em desuso. Outra improvisação paulista: a *matraca*, que considerável pânico trouxe às forças legalistas. Nada mais era do que um aparelho dispendioso de uma roda dentada, na qual toca uma lâmina de aço, girando aquela em alta velocidade, provocando, assim, um ruído aterrador de fogo de metralhadora. Seu inventor: Prof. Otávio Teixeira Mendes, do Batalhão Piracicabano.

Todavia, era esmagador o cerco sobre São Paulo. Toda a experiência revolucionária dos tenentes foi voltada contra a terra de Siqueira Campos, orientando as unidades do Exército e das Forças Públicas, represoras do movimento. Mas os rebeldes não se deixavam iludir por vagas promessas de "constituição provisória", "governo coletivo", "normalização do país". A ordem era resistir até quando pudessem. E como o fizeram!

A resistência do túnel, em Queluz, foi épica. Esse setor da luta, decisivo para o domínio do vale do Paraíba, foi perdido e retomado pelos paulistas, resistindo a partir daí — comandados pelo Gen. Hipólito Trigueirinho — a todos os ataques legalistas e não mais o perdendo até o final das hostilidades. No setor do sul, o Gen. Brasília Taborda recorreu ao trem blindado para desbaratar os gaúchos que avançavam a toda força, trazendo artilharia e metralhadoras pesadas (foi essa uma das mais sangrentas batalhas da revolução).

A aviação rebelde, integrada por pilotos como Ivo Borges, Lísias Rodrigues, Nicanor Virmond, Orsini Coriolano, José Angelo Ribeiro, Mário Machado Bittencourt e outros, que utilizavam a reduzida força aérea de oito aviões Waco, tentava, apesar da escassez dos meios, influir nos acontecimentos. Dois civis paulistas chegaram a lançar panfletos sobre o Rio de Janeiro, pedindo adesões à causa revolucionária, numa tentativa de contrabalançar a guerra psicológica movida pelo governo federal, que apregoava estar lutando contra os separatistas. Muitas ações heróicas foram ainda realizadas pelos aviadores, que chegaram até a atacar a esquadra, mas quase todas elas resultaram impotentes diante das ondas de aparelhos legalistas, os *vermelhinhos*, que inundavam o céu da paulicéia.

O Exército do Sul levava de roldão a de-

fesa sobre a estrada de Sorocaba, enquanto, ao norte, o Coronel Eurico Gaspar Dutra ameaçava Campinas. Foi nesse ponto que a Força Pública, numa decisão surpreendente, tratou da "paz em separado", atendendo ao canto de sereia de Góes Monteiro, que, assim, a 29 de setembro de 1929, abriu uma cunha na Revolução, vindo as forças getulistas a ocupar, logo em seguida, Itapeitinga, ao sul, e Guaratinguetá, ao norte. Prosseguiram as defeições das tropas, cansadas de lutar sem esperanças contra o país inteiro, abrindo outras cidades aos legalistas. Então, Klinger achou que outra senha era necessária — "não mais durar". Em mensagem ao comandante das forças do governo central (Góes), ofereceu a rendição de suas tropas. Depuseram-se as armas, consumando-se a capitulação a 1.º de outubro de 1932, diante do protesto e da desaprovação da frente do leste.

Foram detidos os principais chefes constitucionistas e a seguir enviados para o exílio na Europa, ficando assim impedidos de votar ou concorrer às eleições de 1933. Mas o sacrifício de São Paulo não foi em vão: Vargas respeitou quem se batera tão valentemente e tratou o estado com altivez, e, além disso, sentiu-se com força para desintegrar o tenentismo e o outubrismo, que, a partir daí, em desespero, deu uma guinada para a esquerda, que transitará para o socialismo (1933) e para a Aliança Libertadora Nacional (1935). A eleição da Constituinte e a promulgação de uma Carta Magna de boa categoria em 1934, embora esta viesse a ser derrubada três anos mais tarde, vieram dar a tônica da vitória moral de São Paulo, que mais se acentuaria com a nomeação de Armando de Sales Oliveira para a interventoria paulista, sucedendo aos militares, Cel. Herculano de Carvalho e Silva e Gen. Waldomiro de Lima.

Era uma vitória, ainda que pequena, para homens como aqueles que, no rio das Almas, não se renderam diante das tropas de Waldomiro de Lima. Eram 35 e ficaram no posto, apoiando a retirada do grosso das forças constitucionistas, numa epopéia que Clóvis Gonçalves assim descreve: "São bem brasileiros como nós. A maioria cursa as academias paulistas. Gente de sociedade. Mostram-nos um morto que transportam com cuidado e veneração. Dizem-nos que era da família Penteado. Morrerá heroicamente. De pé na trincheira, quando todos viam os soldados legalistas a dois passos, o soldado constitucionalista Penteado ainda lançava granadas sobre os atacantes. Uma bala, atravessando-lhe o olho direito, prostrara-o sobre a trincheira, o braço estendido para a frente, como se mesmo depois de morto quisesse continuar a espalhar a destruição por meio de granadas..."

Vale a pergunta: 50 anos depois de 1932, como está o ideal pelo qual morreu heroicamente o soldado Penteado?

É o que tentaremos responder agora. ■

O ideal da Revolução Constitucionalista de 1932 sobrevive, 50 anos depois?

CINQUENTA anos depois da Revolução Constitucionalista de São Paulo, o que resta do ideal de 32?

A reportagem de MANCHETE decidiu inovar no estudo e análise do grande movimento revolucionário, procurando ir além das causas já bem conhecidas para abranger a repercussão de 1932 no contexto dos atuais acontecimentos do país.

A partir da opinião autorizada dos historiadores Hernani Donato, Brasil Bandecchi, Licurgo de Castro Santos Filho, Odilon Nogueira de Matos, Raul de Andrade e Silva, Heliodoro Tenório da Rocha Marques e Mário Savelli (que inclusive se situaram como testemunhas do esforço industrial-militar que levou São Paulo a sustentar três meses de combates contra o governo central de Getúlio Vargas) chega-se a duas conclusões básicas:

1. São Paulo, incompreendido nas suas motivações, perdeu de tal maneira o espaço político que desfrutava na Federação, que por cinquenta anos vem fornecendo a base econômica principal do país, sem conseguir ter acesso ao comando político;

2. Os tempos mudaram e o liberalismo, que sempre foi a bandeira do São Paulo clássico, é uma ideologia em recessão, no país e no exterior, valendo por isso dizer que os moços de 1982 tendem a considerar o sacrifício de 1932 como algo pertencente mais ao campo do romantismo do que da realidade prática.

VISÃO GERAL

Para o Prof. Raul de Andrade e Silva, o movimento de 1932 se radica no processo revolucionário vivido pelo país, a partir da década de vinte. Ele não vê contradição entre o fato de o tenentismo ter lutado contra o domínio de São Paulo e Minas na 1.ª República, e ser depois apontado por ele, historiador, como fonte do movimento de 1932, tido por muitos como revanchista do regime derrubado em 1930.

“Tanto o tenentismo como 1932 são fruto da mesma árvore do inconformismo brasileiro e do desejo de renovação” — frisa o historiador.

Mário Savelli também partilha da mesma opinião e diz que 1932 tem muito a ver com o Brasil Novo desejado pelos 18 do Forte, e que as figuras básicas da República Velha, como Artur Bernardes, souberam, depois da queda, adaptar-se à fisionomia nova do país, criada pela revolução liberal. E teria sido o retardo da realização desses ideais que os levou a desencadear ou apoiar o movimento constitucionalista.

Heliodoro Tenório da Rocha Marques participou como combatente da grande revolução paulista e depois escreveu um dos livros clássicos do movimento. Ele discordou da posição de seus colegas e disse a MANCHETE que 1932 nasceu ainda no

tempo das capitâneas, radicando-se “na velha ânsia paulista da autonomia regional, da criação das Câmaras locais, das imposições geográficas”. No século atual, provém da Campanha Civilista e da reação contra os desmandos dos revolucionários de 1930 no trato com os paulistas. O estado bandeirante teria sido, em sua opinião, invadido por um “grupo de caudilhos despreparados, sequiosos de poder, mancomunados com outros brasileiros ressentidos com o poder econômico de São Paulo”. Lembra, a propósito, frase atribuída a Agammon Magalhães, segundo a qual “a riqueza de São Paulo seria uma afronta aos estados pobres”, o que, no entender dele, paulista, “é uma injustiça, porque São Paulo foi construído por todos os brasileiros, e não só pelos paulistas”. O movimento de 1932 seria a reação do povo bandeirante, “agredido e espeznado pelo tacão das botas da ditadura”.

Odilon Nogueira de Matos prefere falar da história em termos do se. Ele não acre-

ditado na tese do “espeznamento” proposto, e sim na falta de controle, por parte de Getúlio Vargas, dos apetites e da inabilidade de tenentistas como João Alberto e Miguel Costa. Se Batista Luzardo, tradicional amigo dos paulistas, tivesse sido indicado para interventor (como queria Getúlio), no lugar de João Alberto: Se Vargas divulgasse que, em 1932, já estava pronto o projeto de reconstitucionalização do país — então o 9 de Julho não seria necessário. Como Luzardo foi bloqueado e Getúlio nada divulgou, aconteceu a revolução... O historiador também reconhece que havia aspectos revanchistas no movimento e que, se os homens de 1930 retornassem, dificilmente seriam apeados de novo.

Licurgo de Castro Santos Filho é descrente do idealismo de qualquer movimento revolucionário — inclusive o de 32. Para ele, o que houve foi muito “oportunismo” e também revanchismo contra 22, 24 e 30. “Não acredito em força da história — isso é crian-

ce.” Pedro de Toledo veio para São Paulo como delegado da ditadura. Transformou-se depois em *constitucionalista*. Segundo Licurgo, o idealismo sempre é acrescentado depois do oportunismo. No caso de 1930, os oportunistas ocuparam todos os cargos em São Paulo, desapontando os oportunistas de 1932...

O Prof. Brasil Bandecchi partilha da tese de Heliodoro: 32 deveu-se a uma reiteração da ideologia liberal e tradicional do espírito paulista. A Revolução Constitucionalista é filha dileta do idealismo de Líbero Badaró e dos homens da Revolução de 1842. Não vislumbra identidade entre 1922 e 1932: “Pelo contrário, a Revolução Constitucionalista, produto das raízes históricas de São Paulo, foi uma resposta a 1930. Bandecchi recua um pouco para situar a revolução getulista como produto do aproveitamento da cisão havida em São Paulo, que dividiu os perre-pistas, dando origem ao Partido Democrático. Seguindo ele, deve-se ao perre-pismo a

defesa inicial da verdade eleitoral e do voto secreto — ambos bandeiras da Liga Nacionalista. O descontentamento com Bernardes pelo fechamento da Liga, depois de 1924, e um desentendimento pessoal entre Antônio Prado e Washington Luís estão na base da cisão que seria aproveitada pelos adversários de São Paulo para deflagrar o movimento de 1930. Em 1932, perre-pistas e democráticos já estavam novamente em frente única, enfrentando, unidos, aqueles adversários — “uma oligarquia mais arraigada do que a paulista, que mineiros, gaúchos e paraibanos combateram”. Para ele, “a Revolução de 1930 não tinha programa, mas apenas o objetivo de derrubar o governo central e acabar com o domínio paulista”. Como Vargas não satisfiz nem mesmo seus partidários em São Paulo — os democráticos —, houve uma natural cobrança da reconstitucionalização do país, es-corada, como se mostrou, na tradição le-galista de São Paulo.

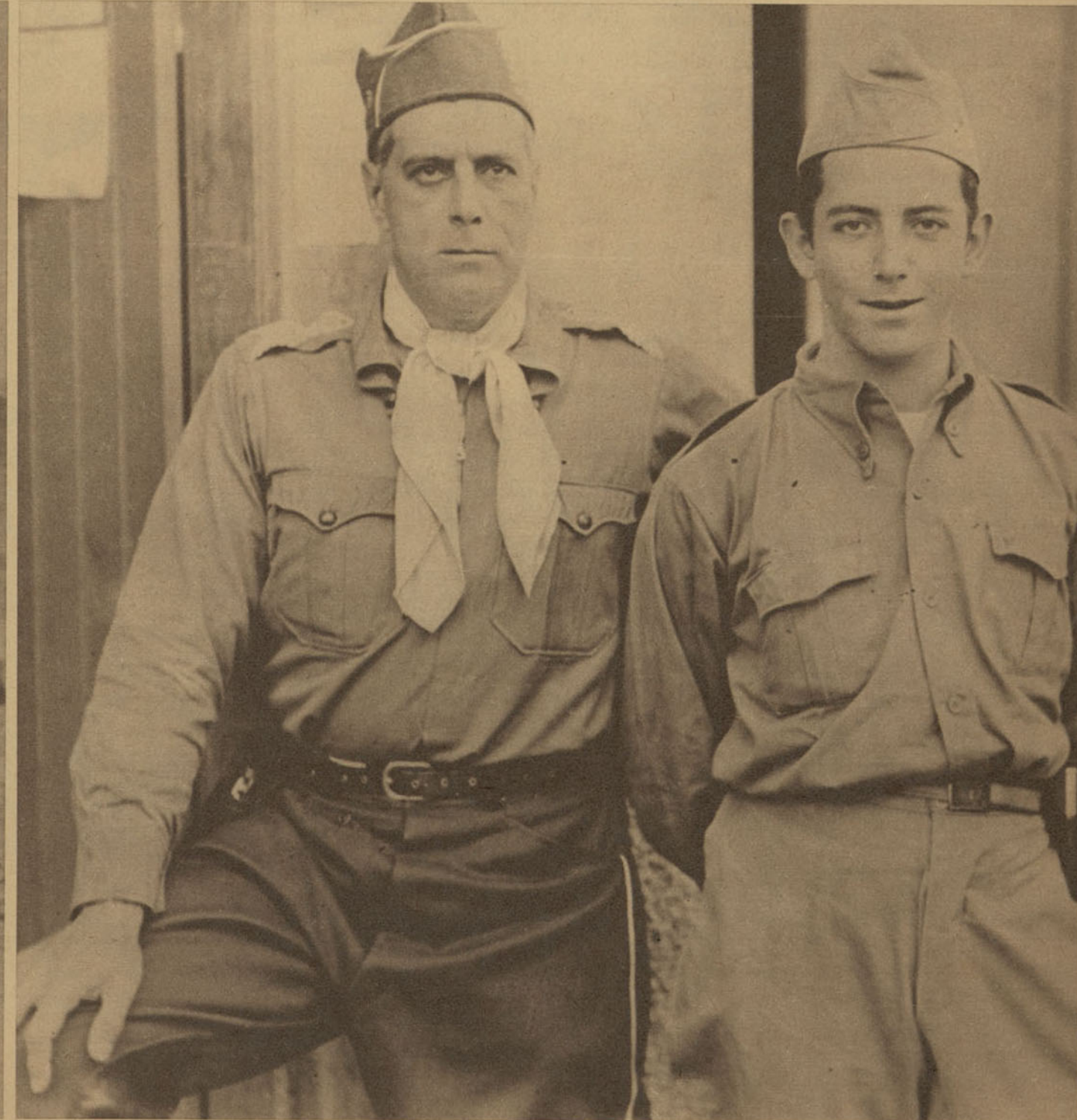
Hernani Donato entende 1932 como a conjunção de muitos fatores — entre eles a pressão da lavoura estrangulada (havia 24 milhões de sacas de café estocadas em São Paulo), o revanchismo de 30 e um certo laivo separatista alimentado por uma corrente de intelectuais. Mas isso “não foi o mais importante do movimento constitucionalista, e sim o fato de que ele foi conduzido por 6 milhões de pessoas de todas as etnias, cores e convicções sobrepujando oligarquias e camadas superiores, e ainda mais alicerçado na tradição liberal de São Paulo, que se formou ao longo de séculos”. Adverte, ainda, Donato, que 1932 foi uma revolução geral contra a ditadura, de que participaram vários estados — Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro —, mas que só foi desencadeada e levada até o fim pelos paulistas.

SEGUE

A improvisação brasileira: sobre um chassi de caminhão, os revolucionários construíram um



carro blindado. À direita, o Cel. Euclides Figueiredo, chefe do Estado-Maior revolucionário, ao lado do filho Guilherme.



“O ideal de 32 viverá sempre que o homem precisar lutar pela liberdade”

SE provocou adesão de grupos minoritários, assentou-se muito mais no apoio das classes produtoras, principalmente da nascente burguesia industrial, inconformada contra a política econômica do Governo Provisório. “Se 1930 deu certo, por que não repetir a experiência em 32? Só que, antes de 1930, São Paulo fazia a política, e em 1932 não havia meios...”

1932 CINQUENTA ANOS DEPOIS

Cinquenta anos depois de 1932, reserva-se a São Paulo apenas o poder econômico — o político está com os estados mais fracos. Esse é um ponto de vista mais ou menos unânime dentre os historiadores ouvidos por MANCHETE. Segundo Hernani Donato, a única vez em que São Paulo tentou romper essa imposição — no Governo Jânio Quadros —, a experiência não durou muito (há quem diga que as chamadas “forças ocultas” seriam denominação aposta por Jânio à intenção de novamente afastar os paulistas da condução dos acontecimentos). Donato acredita que Getúlio Vargas venceu São Paulo não pelas armas, mas pelo aliciamento, corrompendo definitivamente — com reflexos até hoje, 50 anos depois — o padrão de fazer política até então vigente dentre os bandeirantes. A propósito, cita uma quadrinha que explica bem o fato deplorável: “Esse Dr. Machado/Que é amigo de gregos e troianos/Paulista foi há 400 anos/ Hoje é gaúcho naturalizado.”

Há uma certeza: a recuperação política de São Paulo não pode ser feita pela força, mas empregando o mesmo recurso utilizado contra o estado — o aliciamento. E aí estaria a explicação da tese hoje vigente de tornar São Paulo novamente presente no primeiro plano nacional graças à habilidade de contornar a rigidez dos princípios partidários e doutrinários...

Licurgo Santos Filho vê os tempos mudados. O liberalismo paulista é obrigado a se adaptar, daí por que o “ideal de 1932” não encontra mais vez hoje, neste tempo de “democracia dirigida”. Cabe a São Paulo, com seu reconhecido pragmatismo, adaptar-se às novas circunstâncias para não se alienar da política (“A verdade é que não se pode pretender influir em nossos dias com idéias e tradições de cem anos atrás”). E o historiador completa seu pensamento: “Já está acontecendo essa adaptação — São Paulo não mais reivindica, porque a miscigenação inclusive aboliu as bandeiras, valendo hoje muito mais a defesa da realização pessoal do que das metas cívicas.”

Odilon Nogueira de Matos também não vê clima para a revivescência do estado liberal que constitui a bandeira tradicional de São Paulo: “Há um desinteresse flagrante

pelo nosso passado, pelos valores do civismo. Talvez o excesso do econômico explique o desinteresse atual de São Paulo pela tradição, pela história. Há poucos dias, fiz uma conferência para professores da rede escolar e eles nada sabiam de 1932. E são professores... Se não fosse o esforço do governo, nem mesmo o cinquentenário da revolução seria lembrado (“Esse retrocesso torna inviável inclusive a defesa do liberalismo tradicional, porque na verdade ninguém se interessa pelos nossos destinos, no plano interno, e, no plano nacional, há um esforço deliberado para afirmar os estados menores, talvez como receio de um novo 32”).

Heliodoro Rocha Marques mantém a opinião de que a Revolução Constitucionalista, “como cruzada legalista e de afirmação do poder local”, tem seu ideal como aplicável ainda hoje, porque a aspiração pelo legalismo é algo incontornável — é uma necessidade intrínseca do cidadão, do estado, da União. *O homem paulista não pode ser somente um animal econômico, mas também um animal político.* Muito embora ninguém saiba para onde vamos, e haja realmente necessidade de adaptação ao mundo atual, “as idéias e definições de 1932 são um balizamento útil para o presente e para o futuro, porque a sociedade paulista sempre terá necessidade de reivindicar o direito humano à manifestação e à individualização, opondo-se, assim, à tendência centralizadora e sustentando a filosofia política assentada no patrimônio cívico de cada um de nós. Nesse sentido, 1932 é uma fonte perene de inspiração”.

“Cinquenta anos depois de 1932, São Paulo continua a ser um fazedor de milagres pelo trabalho” — observa Mário Savelli. São Paulo demonstrou naquela época, e o faz agora, a realidade prática da *democracia do trabalho* — o regime que reconhece aos trabalhadores o direito à elevação do padrão de vida pelo esforço próprio, e deles exige participação política. Em 1932, os paulistas, no início do movimento, dispunham de munição para cinco dias. Mobilizaram-se, porém, e sustentaram combates durante três meses, graças inclusive ao “grande esquecido da revolução”, Roberto Simonsen, que elevou a capacidade industrial de produção de 60.000 tiros/dia para 260.000. A indústria de São Paulo foi a primeira a entrar e a última a sair da revolução... Graças à evolução tecnológica ocasionada pela mobilização militar essa indústria evoluiu dez anos em três meses, chegando a produzir dois tipos de explosivos — amonal e trotil — e a empregar excelente blindagem... de madeira. “Em 1982, São Paulo industrial está mais vivo do que nunca e apto a responder a todas as exigências do país, porque, graças à sua força e pelas facilidades fisiogeográficas e nível de realização urbana, é o maior fenômeno de progresso ao sul do equador.”

O ideal paulista, para Raul de Andrade e Silva, não é de 1932 somente, mas de sempre; não é paulista somente, mas de todo o país. “O que há a exaltar ainda é o milagre industrial, porque, no tocante ao espaço político, não há espaço a ocupar, a não ser que a União o consinta. São Paulo está na base da economia e a situação o leva a que outros pensem e decidam por ele...” O historiador faz uma pergunta procedente: “Quem pode contestar o poder central, mesmo não sendo São Paulo?” Reconhecendo uma parcela de idealismo nessa tendência centralizadora, principalmente no sistema de idéias gerado pela Escola Superior de Guerra, Raul de Andrade e Silva, não obstante, diz que há uma grande bandeira atual a defender: a revitalização da autonomia estadual e municipal, como indicativa da permanência do ideal liberal paulista. “Outro ideal a defender, como homenagem a 32, é o da renovação política do país, a divisão rigorosa das atribuições dos poderes, a revivescência da consciência libertária do Brasil (e o respeito a quem o faz) e, sobretudo, o acesso à influência e a garantia à manifestação da opinião pública.”

PEDRO Brasil Bandecchi, ao encerrar esta substancial contribuição, através de MANCHETE, às comemorações da Revolução Constitucionalista, lembra Benedetto Croce quando diz que “a verdadeira história é sempre contemporânea”. Isso quer dizer, no tocante a 1932, que as modificações sociais, políticas e econômicas experimentadas pelo Brasil não podem afetar a filosofia fundamental da defesa do direito do homem e da coletividade, que é o fundamento da sociedade democrática, em plano superior ao da divisão e harmonia de poderes:

“Esse ideal de 1932 permanece atuante e viverá sempre, em todos os tempos em que o homem necessite da liberdade individual dentro das limitações sociais.”

Sobre São Paulo na Federação, cinquenta anos depois, é preciso lembrar que a mudança do tipo de economia — antes centrada na agricultura e agora focalizada na indústria — explica, também, a perda relativa do poder de influência política. Antes, o fazendeiro trabalhava na colheita e tinha o restante do ano para fazer política; agora, a indústria exige-lhe todo o tempo disponível... De outro lado, o poder político se distribuiu em maior escala dentre as forças populares. E não há dúvida de que estamos ingressando num processo social-democrático irreversível, talvez denominável de *socialismo com trabalho*, de fundo não-marxista, mas, ainda assim, de inspiração social. ■